

An aerial photograph of a village nestled within a dense, lush green forest. The village consists of numerous small, simple houses with reddish-brown roofs, arranged in a loose circular pattern around a central clearing. The surrounding forest is thick and extends to the edges of the frame, with rolling hills visible in the distance under a blue sky with scattered clouds.

Nota técnica sobre
a atual situação
fundiária e ambiental
da Terra Indígena
Cachoeira Seca e seu
IMPACTO SOBRE A
SAÚDE E DEMAIS
CONDIÇÕES DE VIDA
DO POVO ARARA



Nota técnica sobre
a atual situação
fundiária e ambiental
da Terra Indígena
Cachoeira Seca e seu
IMPACTO SOBRE A
SAÚDE E DEMAIS
CONDIÇÕES DE VIDA
DO POVO ARARA



Observatório
dos Povos Indígenas
Isolados



APIB: COCA: FODALI: UNIAS
—
APIAM: AUCIAMP: ARITE
CIM: COAPIA: FERRA
FELFORT: MACRE: GRINDA



Instituto
Socioambiental



conectas
direitos
humanos



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Ficha Técnica

Documento elaborado por

Alexandre Arapiun
Fabio Ribeiro
Giovanna Valentim
Helena Palmquist
Jojouruka Xipaya Kuruaya
Jonas Roberto
Leonardo Halszuk
Lucas Cravo
Luciano Pohl
Luiz Fernandes de Oliveira Neto
Márnio Teixeira-Pinto
Morgana Damásio
Rafael Modesto dos Santos
Thaise da Silva Rodrigues

Fotografias

Lalo Almeida
(capa, verso da capa, pgs 6, 40, 41, pg 46 superior, contracapa)
Leonardo Halszuk (pg 7, pg 46 inferior, 47)
Milton Guran (pg 12, pgs 20, 21)
Rogério Assis (pgs 26, 27)

Mapas e gráficos: Jonas Roberto e Thaise da Silva Rodrigues

Diagramação: Dedê Paiva | www.dedepaiva.com.br



Sumário

A urgência de avançar na regularização fundiária da Terra Indígena Cachoeira Seca 7

Da violência ao contato 12

O impacto de Belo Monte 17

Histórico fundiário da TI Cachoeira Seca 21

Dados históricos de desmatamento na Cachoeira Seca 27

A pavimentação do trecho Medicilândia - Rurópolis e a dinâmica de desmatamento na TI Cachoeira Seca 31

Ramais madeireiros para invasores 33

Fogo 35

Importância política e ambiental da terra indígena Arara no contexto do marco temporal e da crise climática 38

A situação atual: emergência de saúde mental na TI Cachoeira Seca e a urgência de avançar na regularização fundiária 41

Recomendações urgentes 44





**A urgência de
avançar na
regularização
fundiária da
Terra Indígena
Cachoeira Seca**

Entre agosto de 2023 e julho de 2024, foram desmatados 6.288 km² na Amazônia Legal, segundo os dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES). Esse total representa uma redução de 30,6% em relação ao período anterior.¹ Na bacia do Xingu, que comporta um dos maiores maciços florestais contínuos de Terras Indígenas e Unidades de Conservação no mundo - o Corredor de Áreas Protegidas do Xingu - a redução foi ainda mais expressiva. Foram 46% a menos de floresta derrubada na bacia, passando de 172 mil hectares (ha) de desmatamento em 2023 para 93,2 mil hectares em 2024. Esse é o menor índice de desmatamento registrado na bacia do Xingu na última década.

A redução nos índices de desmatamento representa uma vitória importante para o movimento indígena da região, que lutou incessantemente para

¹ Dados completos sobre o resultado do PRODES referentes a 2023 e 2024 disponíveis em <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/taxa-de-desmatamento-na-amazonia-cai-30-6-e-25-7-no-cerrado/apresentacao-prodes-23-24>

garantir a proteção dos territórios do médio Xingu, que foram por muitos anos, após a instalação da hidrelétrica de Belo Monte, os mais desmatados do Brasil. Também é consequência da retomada das políticas de combate ao desmatamento pelo governo federal após o período de estímulo à devastação florestal durante o governo anti-indígena e anti-ambiental, entre os anos de 2019 e 2022. Uma discrepância, no entanto, se destaca: a Terra Indígena Cachoeira Seca é a única da bacia do Xingu a apresentar alta nos índices entre 2023 e 2024.

9

De 795 ha registrados em 2023, o desmatamento na TI passou para 1.149 ha em 2024, um crescimento de 45%. No ranking geral da Amazônia, a Cachoeira Seca está entre as poucas no país onde o desmatamento aumentou, estando em 4º lugar (As primeiras do ranking são TI Sararé, TI Yanomami e TI Uati-Paraná). Segundo os dados do monitoramento de desmatamento da Rede Xingu+, o Sirad X, entre janeiro e outubro de 2024, mais de 1.156 ha foram desmatados na TI Cachoeira Seca, um aumento de 28% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os meses de julho a

outubro foram os que apresentaram os maiores índices, quando a logística para o desmate e roubo de madeira é facilitada devido a diminuição das chuvas na estação mais seca.

Os dados de desmatamento discrepantes da TI Cachoeira Seca têm relação direta com a demora na regularização fundiária do território. Esforços governamentais significativos foram feitos nos últimos anos para resolver dívidas históricas em outras terras indígenas na mesma região. Em cumprimento a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da ADPF (arguição por descumprimento de preceito fundamental) 709, movida pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), o governo brasileiro promoveu a desintrusão (retirada de invasores) das TIs Apyterewa, do povo Parakanã, e Trincheira-Bacajá, do povo Xikrin. A TI Ituna Itatá, na qual se encontram grupos indígenas em isolamento, teve recentemente a portaria de restrição de uso renovada e a retirada de grileiros e seus rebanhos bovinos, em ações de fiscalização ambiental. Essas ações foram capazes de eliminar quase totalmente o desmatamento na área.

O mesmo esforço ainda não ocorreu na Cachoeira Seca: o território não está incluído na lista de desintruções da ADPF 709 e, até onde se sabe, não há previsão do Ministério da Justiça, do Ministério dos Povos Indígenas ou da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) para que seja concluída a regularização fundiária e os invasores sejam retirados da área. O combate ao desmatamento por ações de fiscalização ambiental ocorreu em alguns momentos, mas não tem sido suficiente para sanar a vulnerabilidade da terra indígena. A indefinição sobre a regularização fundiária é causa direta do aumento constante do desmatamento e da insegurança em que vivem os Arara, um povo que começou a ter contato mais constante com a sociedade envolvente em 1987, sendo o último grande grupo indígena a ser contatado antes da mudança da política indigenista brasileira no final dos anos de 1980, quando passou a proibir o contato forçado com povos indígenas que desejassem o isolamento.



Da violência ao contato

Os Arara chamam a si mesmos de Ugo-ro'gmó e antes do contato viviam caçando e coletando nas florestas no interflúvio entre os rios Xingu e Tapajós, com uma agricultura de subsistência variada mas de pequena escala. Há registros históricos de contatos, trocas e conflitos pontuais com moradores da região ao longo dos séculos XIX e

XX, mas a partir do final de 1960 e 1970 o povo ficou nacional e internacionalmente conhecido pela resistência dramática ao contato no contexto da construção da rodovia Transamazônica (BR-230), quando ainda vigorava a política de atração e contato forçado pela ditadura militar.²

“Somos um povo alegre, forte e resistente. Nosso povo viveu por centenas de anos nas florestas das margens do Rio Iriri, caçando e coletando. A floresta ainda é nossa casa. Conhecemos a floresta profundamente mais que ninguém. Algumas gerações atrás, o nosso povo e os Arara que vivem na TI Arara éramos o mesmo povo, mas um dia nos separamos. Nosso modo de vida foi muito abalado com o processo de construção da Transamazônica a partir da década de 1970, que trouxe desmatamento, doenças, perda de floresta, violência e invasão de karei em nosso território. Nosso território tradicional

13

2 Halszuk Luiz de Moura, Leonardo. Merenda Escolar Indígena e os Segredos da Floresta: o etnoconhecimento do povo Arara mostrando o que tem para comer na mata. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Brasília. Brasília, 2023

foi cortado ao meio, o que nos afastou ainda mais dos nossos parentes Arara que hoje vivem na TI Arara. Resistimos por muitos anos, mas os karei não pararam de chegar em grande número no nosso território. Para nos proteger dos invasores, fomos obrigados a nos deslocar dia e noite todos os dias, sem paz. Mas logo adiante encontrávamos mais karei. Nos refugiamos então nos lugares de mais difícil acesso da região. Nossa vida era muito difícil, por isso decidimos aceitar o contato da Frente de Atração Arara da Funai que estava tentando se aproximar de nós com presentes. Era o ano de 1987.³”

A política de atração e contato do regime militar foi estabelecida para permitir a tomada de territórios indígenas e permitir o avanço do Programa de Integração Nacional (PIN), a partir do traçado de rodovias construídas desprezando a realidade das populações locais. As técnicas aplicadas por agentes

3 Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada do Povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca. Associação Indígena do Povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca - KOWIT, Rede Xingu +, Instituto Socioambiental Fundação Nacional do Índio (Funai), Altamira, Março de 2022

do Estado para a atração dos indígenas consistiam em simples ações de aproximação sem cuidados sanitários, com estímulo, direto ou indireto, à entrada de não-indígenas para exploração de recursos e, muitas vezes, com agressões violentas contra os indígenas. Essa política desestabilizou completamente a vida de muitos povos indígenas amazônicos na época. O caso dos Arara foi incluído no Anexo 5 do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), pela desagregação social, pela contaminação por epidemias e pelo massacre de indígenas em ataques de gateiros (caçadores de onças).⁴

15

Após muitos episódios de violência, com a resistência persistente dos indígenas ao contato forçado, no entorno da rodovia, os Arara decidiram fazer o contato de maneira pacífica com o indigenista Sidney Possuelo a partir de 1981, e em 1987, para o subgrupo de Cachoeira Seca.⁵ Depois foram aldeados nas margens do rio Iriri, onde vivem ainda hoje.

4 CNV, BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Anexo 5: Violações de direitos humanos dos povos indígenas. Brasília, 2014.

5 Halszuk Luiz de Moura, Leonardo. Op cit.

“ A Funai nos trouxe para morar na beira do Rio Iriri, onde ainda hoje moramos. Temos duas aldeias - Iriri e Awy. Estávamos felizes por não precisarmos mais nos esconder. Tínhamos esperança de que finalmente íamos viver em paz, mas até agora, mais de 30 anos depois de nosso contato, não conseguimos usufruir plenamente da vida em paz em nosso território. Os karei que chegaram com a Transamazônica continuaram avançando sobre nossa floresta, desmatando tudo para colocar pasto para gado. Não param. Depois de muita luta nossa, o governo finalmente deu posse permanente da TI Cachoeira Seca para o povo Arara, mas nem isso fez os Karei pararem de avançar desmatando nossa floresta.⁶ ”

⁶ Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada do Povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca. Op cit.

O impacto de Belo Monte

Perto de completar 40 anos do contato, a perspectiva dos Arara de viver a seu modo e em paz continua sendo um sonho distante. Décadas depois das obras da BR-230, uma nova obra planejada pelo governo federal veio novamente desestabilizar a segurança territorial precária da TI Cachoeira Seca, a maior área reservada para uso exclusivo dos Arara: a hidrelétrica de Belo Monte. Não se tratava mais do PIN da ditadura, mas o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de um governo democrático, que repetiu muitas das violências vividas pelos indígenas do Xingu nos anos militares. As promessas de um licenciamento ambiental sério com verdadeira mitigação de impactos, reparação e respeito aos direitos indígenas nunca saíram do papel.⁷

17

⁷ Palmquist, Helena. A hora é agora: Lula terá que decidir sobre Belo Monte. Altamira, 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/a-hora-e-agora-lula-tera-que-decidir-sobre-belo-monte/>

Embora tenham sido desenhadas muitas medidas de mitigação dos impactos da obra, muitas delas não foram realizadas ou não tiveram os resultados desejados. O plano de proteção territorial que previa a construção de bases em pontos estratégicos de todas as terras indígenas que seriam impactadas pelo afluxo de pessoas para a região até hoje não foi concluído. O atraso no cumprimento das condicionantes e depois a pouca efetividade das medidas de fato tomadas deixou a região à mercê de madeireiros, desmatadores, grileiros e garimpeiros ilegais que causaram uma explosão no desmatamento a partir de 2012. Além disso, outra condicionante do poder público para licenciamento da obra, a conclusão da regularização fundiária de todas as TIs da região até hoje não se concretizou completamente. A desintrusão da TI Apyterewa e da TI Ituna Itatá foram concluídas recentemente, mas na TI Cachoeira Seca nem mesmo iniciou-se o processo legal para retirada dos ocupantes, enquanto novos invasores continuam entrando no território, aproveitando-se da indefinição e da omissão do Estado no cumprimento de suas obrigações legais.

Os Arara, conscientes da violação de seus direitos, têm se organizado para cobrar do poder público o cumprimento das condicionantes da construção de Belo Monte e a finalização de todas as etapas do procedimento demarcatório da Terra Indígena Cachoeira Seca:

“ Tem prevalecido sobre nossos direitos a vontade dos ocupantes de má fé e dos madeireiros. Temos denunciado esta situação exaustivamente há anos: não apenas para a FUNAI, como também para 19 outros representantes do governo Federal, para o próprio Ministério Público Federal e até mesmo na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Lutamos por justiça socioambiental e nunca vamos desistir de cuidar de nossas vidas e território. Nossa associação fez até uma campanha pela desintrusão. Não sabemos mais o que fazer, pois até agora nenhuma medida efetiva foi feita para solucionar a situação de vulnerabilidade territorial que ameaça a nossa segurança. Nossas aldeias antes eram protegidas, longe das estradas, mas temos visto os ramais madeireiros avançarem ano a ano. Hoje já existe um ramal a menos de 30 km de nossa aldeia principal.⁸”

19

8 Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada do Povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca. Op cit.



Histórico funditário da TI Cachoeira Seca



Um dos resultados mais evidentes das políticas de atração e contato dos povos indígenas durante a ditadura militar foi a separação dos Arara em 2 agrupamentos maiores que hoje vivem em terras indígenas distintas. A TI Arara (também conhecida por Laranjal), com cerca de 450 pessoas, foi demarcada em 1978 e homologada em 1991, com 274.010 ha no baixo curso do Iriri, entre suas margens e a rodovia Transamazônica. Já o subgrupo Arara contatado em 1987 foi reunido na TI Cachoeira Seca, contígua à primeira, também na beira do Iriri, com uma área de 733.688 ha e 129 moradores. O território é partilhado com um pequeno subgrupo Xipaya, que também reivindica ser por ali seu território tradicional.⁹

O processo de reconhecimento, identificação e demarcação da TI Cachoeira Seca foi iniciado em 1985, antes do contato, e ainda não acabou. Em 2008 o governo definiu os limites do território e apenas em 2016 ele foi homologado. A área é

⁹ Halszuk Luiz de Moura, Leonardo. Op cit.

um dos muitos casos de incidência de dupla destinação na Amazônia, apesar do preceito constitucional de usufruto exclusivo para os indígenas, com uma pequena parte no limite Norte da TI que havia sido destinada à política de colonização e reforma agrária pelo Incra. A situação de insegurança jurídica foi severamente agravada pela instalação da hidrelétrica de Belo Monte e a chegada de dezenas de milhares de pessoas na região, atraídas pelas promessas de desenvolvimento e emprego. Durante o governo anti-indígena entre 2019 e 2022, as invasões se intensificaram e a Cachoeira Seca apareceu constantemente entre as terras indígenas mais invadidas e desmatadas do país. Na linha do tempo apresentada abaixo¹⁰, pode-se ver a ausência do Estado em na tomada de medidas essenciais à proteção do povo Arara e sua inadimplência nas ações de regularização fundiária após a homologação da terra indígena.

23

10 Pohl, Luciano. Opi - Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. Breve histórico do povo Arara e da TI Cachoeira Seca. 2016. Disponível em: <https://povosisolados.org/breve-historico-do-povo-arara-e-da-ti-cachoeira/>

1981

Criação da primeira Frente de Atração Arara (FAA) da FUNAI.

1984

Em 1984 ainda não havia nenhum registro de ocupação não indígena, além da ribeirinha e da madeireira Bannach. (A estrada da Bannach - conhecida como Transiriri - já existe).

1987

Contato oficial da FUNAI com o subgrupo Arara da TI Cachoeira Seca. Este subgrupo estava localizado nas proximidades da cabeceira do Igarapé Cachoeira Seca, no alto Rio Iriri. Na época contavam com pouco mais de 30 indivíduos.

1981/1983

Frentes de Atração da FUNAI fazem contatos com os primeiros subgrupos Arara, que foram aldeados nos perímetros da TI Arara, mais precisamente na aldeia Laranjal.

1985

Portaria 1.854/85 PP, do Ministério do Interior, interdita 1.060.400 ha, incluindo nessa delimitação os atuais territórios da TI Arara e TI Cachoeira Seca.

1990

Antropóloga Wilma Leitão apresenta sua 1ª. proposta de limites para a Terra Indígena Cachoeira Seca, com limite norte no Igarapé Olhões, recomendando que a área entre o referido Igarapé e a TI Arara permaneça interdita.

1992

Antropóloga Wilma Leitão reformula sua proposta de limites. Como presidente da Comissão Especializada de Análise, elabora nova delimitação, conectando a TI Cachoeira Seca à TI Arara.

1997

Mandados de segurança são concedidos pelo STJ, anulando a Portaria Declaratória 26/93.

Formalmente, a TI Cachoeira Seca deixou de existir a partir de dezembro de 1997.

2008

A Portaria 1235, de 30 de junho, declara novo perímetro para a TI Cachoeira Seca.

1993

Portaria Declaratória nº 26 (Ministério da Justiça - DOU 25.01.93) reconhece a TI Cachoeira Seca, conectada à TI Arara.

1994

O antropólogo Márnio Teixeira Pinto ratifica a importância de se conectar a TI Cachoeira Seca à TI Arara.

2004

Com a Portaria 1357/04, a Funai estabelece nova interdição, sendo que a área interditada é exatamente o limite declarado em 1993 e anulado em 1997.

04/04/2016

Decreto de Homologação da Terra Indígena Cachoeira Seca, assinado pela Presidenta Dilma Rousseff.

An aerial photograph of a tropical landscape. In the upper half, a wide, light-colored river flows horizontally across the frame, surrounded by dense, dark green forest. Below the river, the forest continues but is interspersed with patches of lighter green, indicating deforestation or regrowth. The foreground shows a large area of cleared land, appearing as a bright green field with scattered tree stumps and sparse vegetation, contrasting sharply with the surrounding dense forest. The sky at the very top is blue with some white clouds.

Dados históricos de desmatamento na Cachoeira



O subgrupo Arara da Cachoeira Seca foi contatado em 1987 pela Frente de Atração Arara (FAA) da FUNAI, após alguns anos do contato com os demais subgrupos. Devido a uma confusão entre procedimentos administrativos e divergências sobre a relação do grupo da Cachoeira Seca com os subgrupos da TI Arara, sanadas em meados dos anos 1990, apenas em 30 de junho de 2008 o Ministério da Justiça, por meio da portaria n.1.235, declarou de posse permanente do povo Arara a TI Cachoeira Seca, contígua e contínua à TI Arara, preservando formalmente a integridade do que restava do povo Arara e de seu território tradicional. Essa demora no avanço do processo de demarcação gerou uma insegurança jurídica que possibilitou um senso de legitimidade das posses irregulares que se multiplicaram com o passar do anos. Como resultado, até os dias de hoje a TI Cachoeira Seca é alvo de um forte processo de intrusão e especulação fundiária em ocupações ilegais que aguardam a desafetação da área.

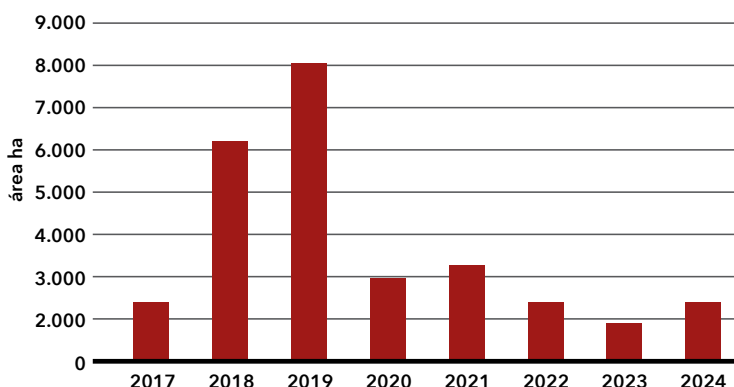
A homologação definitiva aconteceu em 5 de abril de 2016 pelo Decreto nº 14369. No ano de homologação da Cachoeira Seca, já haviam sido desmatados 44.348 hectares. Em 2017, o desmatamento aumentou 24%, totalizando mais 1.578 ha. Em 2018, houve um aumento exponencial de 274%, com mais 5.905

ha desmatados. Entre 2019 e 2022, a área desmatada acumulou 14.258 hectares, um aumento de 45% em relação aos quatros anos anteriores. Em 2020 e 2022, operações do IBAMA na região contiveram a expansão do desmatamento.

Em 2023, o primeiro ano do governo Lula III, houve uma redução significativa de 32,9% no desmatamento em comparação com o ano anterior. O total desmatado caiu de 1.534 ha para 1.028 ha. No entanto, em 2024, o desmatamento subiu para 1.576 ha, representando um aumento de 53,17% em relação a 2023 e de 2,7% em comparação com 2022. No período de janeiro a julho de 2025, foram desmatados 82 hectares. Essa redução de 62% em relação ao mesmo período de 2024 é sazonal, pois corresponde à estação chuvosa.

29

Figura 1. Gráfico de desmatamento entre 2017 a 2024.



O desmatamento acumulado na TI Cachoeira Seca do Iriri ultrapassou 68.777 hectares até julho de 2025. Esse valor representa 9,35% da área total da Terra Indígena. O gráfico da Figura 1 e a Tabela 1 contém os dados de desmatamento da TI Cachoeira Seca.

Tabela 1. Desmatamento acumulado em toda série histórica.

ANO	ÁREA ha	%
2007	27.933,91	n/d
2008	4.420,42	n/d
2009	1.921,89	-56,52
2010	2.324,50	20,95
2011	1.854,35	-20,23
2012	1.378,16	-25,68
2013	1.593,94	15,66
2014	588,08	-63,11
2015	1.061,74	80,54
2016	1.271,53	19,76
2017	1.578,72	24,16
2018	5.905,21	274,05
2019	7.991,82	35,33
2020	2.213,85	-72,30
2021	2.517,91	13,73
2022	1.534,35	-39,06
2023	1.028,95	-32,94
2024	1.576,12	53,18

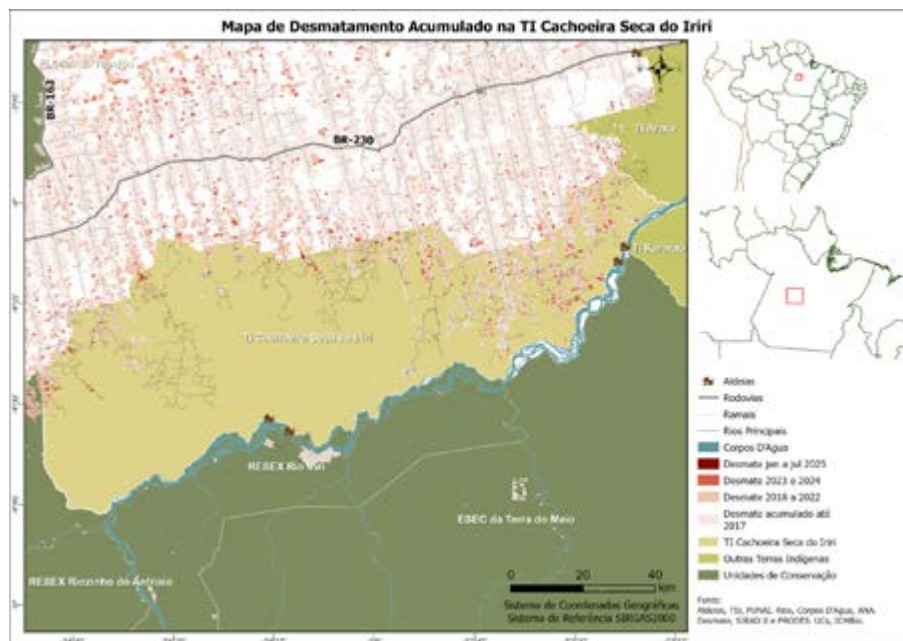
A pavimentação do trecho Medicilândia - Rurópolis e a dinâmica de desmatamento na TI Cachoeira Seca

O asfaltamento do trecho Medicilândia-Rurópolis da rodovia Transamazônica (BR-230) está em vias de ser executado. O asfaltamento de estradas é uma medida que valoriza os terrenos de uma região e potencializa sua ocupação - legal e ilegalmente - ao facilitar o acesso e o transporte de cargas, entre outras coisas.

Os dados do desmatamento demonstram que as invasões na TI Cachoeira Seca estão mais uma vez descontroladas atualmente. O asfaltamento do trecho da Transamazônica vizinho a TI irá agravar esta dinâmica de invasão e deslocamento ao valorizar os terrenos da região. Essa afirmação é confirmada no trecho do Estudo de Impacto Ambiental desse empreendimento, conforme apresentado em sequência.

“ Além das áreas impactadas diretamente, as que sofrem impacto indireto terão também intensificados os seus problemas. É o caso da TI Cachoeira Seca, apenas declarada e que está na listagem de reestudo da Funai. Com a pavimentação da Transamazônica, o problema de penetração das glebas na terra indígena se agravarão, pois há estradas vicinais transversais a BR 230 que penetram em Cachoeira Seca. Na região do Iriri é grande a presença de posseiros e madeireiros, que intensificarão os conflitos na área.”

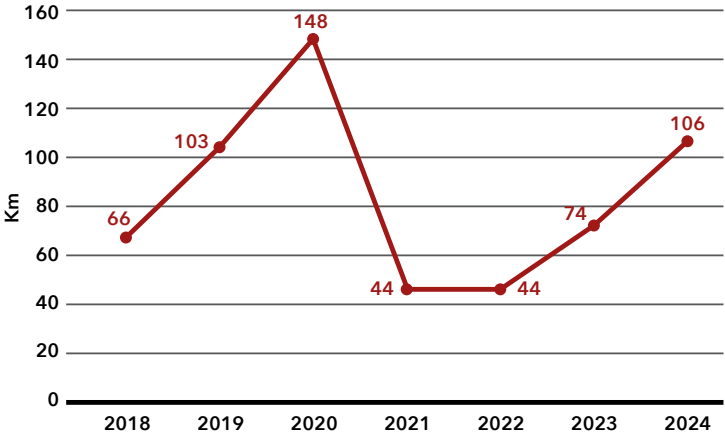
Figura 2. Mapa de desmatamento acumulado na TI Cachoeira Seca do Iriri.



Ramais madeireiros para invasores

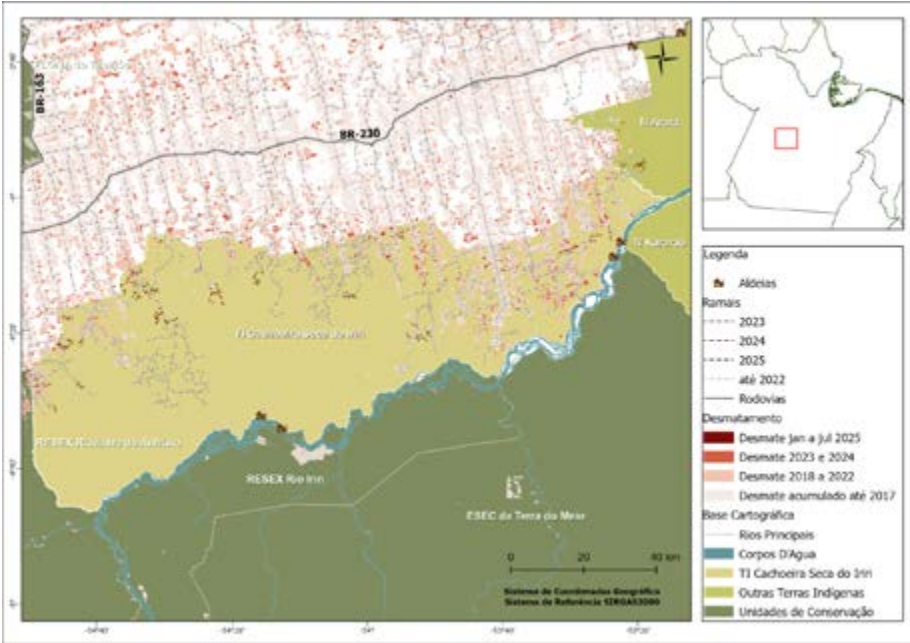
A invasão na TI Cachoeira Seca do Iriri acontece em diferentes frentes, sendo uma delas a abertura de ramais ilegais para roubo de madeira, fazendo desta área uma das mais visadas nesta exploração ilegal. Desde que iniciou o monitoramento de desmatamento e abertura de ramais madeireiros em 2018, o Sistema Remoto de Alerta de Desmatamento do Xingu já mapeou a abertura de 586 quilômetros de ramais, em 2020 houve registro de 148 km, sendo esse o ano com maior extensão de ramais abertos, seguido de 2024 com 106 km, conforme gráfico da Figura 3. Inicialmente o roubo da madeira acontecia em áreas distantes das aldeias Arara, mas hoje os ramais que partem da região de Placas já estão a menos de 30km da aldeia Iriri, que é a principal.

Figura 3. Ramais abertos na TI Cachoeira Seca do Iriri desde 2018.



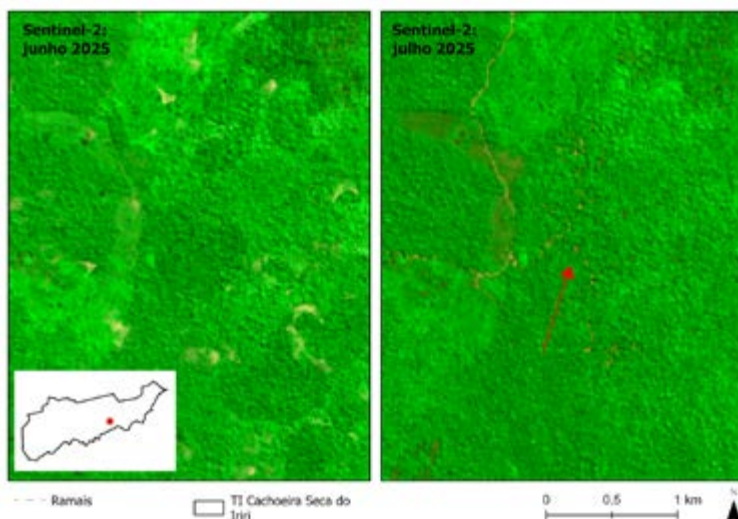
34

Figura 4. Mapa de Ramais ilegais na TI Cachoeira Seca do Iriri



Em 2025, pelo menos quatro quilômetros de ramais já foram identificados, como mostrado na Figura 5 em uma das áreas onde imagens do satélite Sentinel-2 mostram indícios de roubo de madeira na TI.

Figura 5. Área na TI Cachoeira Seca do Iriri com abertura de ramais (indicado pela seta vermelha) em 2025.



35

Fogo

Ameaçada pelo fogo, a TI teve uma área de 6.533 hectares queimada em 2022. Embora esse número já fosse alto, ele quase dobrou em 2023, ano atí-

pico de El Niño, atingindo 11.625 hectares. Em 2024, a área queimada foi de 8.143 hectares, conforme dados do Monitor do Fogo do MapBiomas. Essa progressão mostra que, nos dois primeiros anos do governo Lula III, a área total afetada pelo fogo na TI foi superior à registrada no último ano do governo Bolsonaro.

A altíssima ocorrência do fogo é reflexo não apenas da ocupação para criação de gado que queima as áreas para renovação do pasto, mas de esforço para consolidação das grandes áreas recentemente desmatadas.

36

Figura 6. Área queimada em 2022.

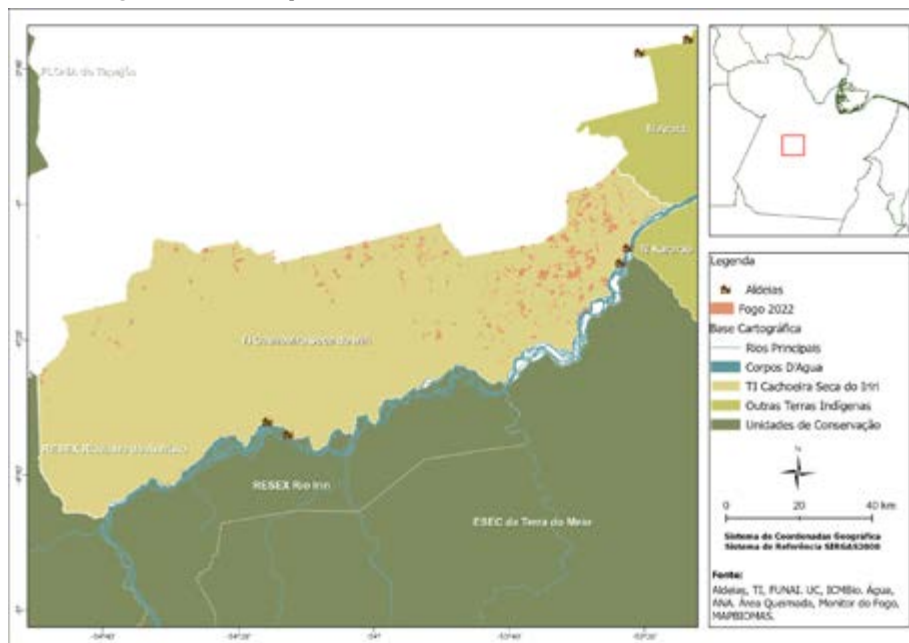
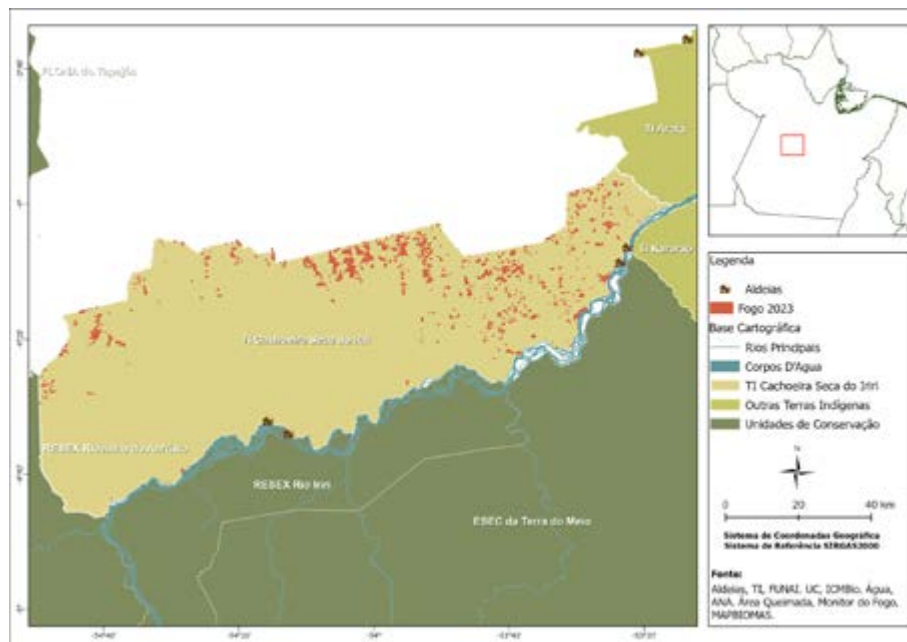
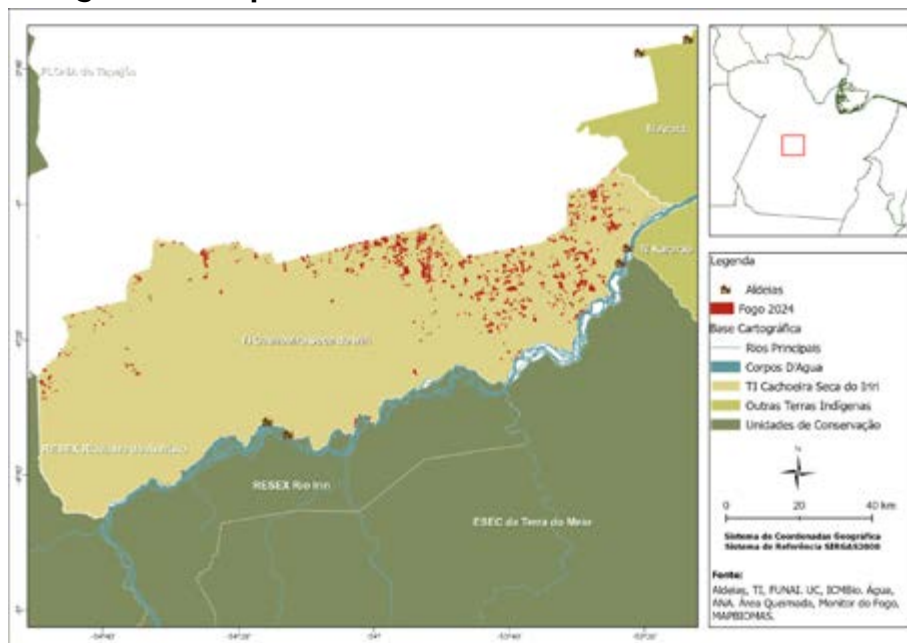


Figura 7. Área queimada em 2023.



37

Figura 8. Área queimada em 2024.



Importância política e ambiental da terra indígena Cachoeira Seca no contexto do marco temporal e da crise climática

38

A região do Médio Xingu, da qual faz parte a TI Cachoeira Seca, está localizada no centro sul do Estado do Pará entre o grande bloco de Terras Indígenas Kayapó e a rodovia BR-230 (Transamazônica). A região abriga um mosaico de áreas protegidas com mais de 13,74 milhões de hectares que representa a continuação do grande corredor de diversidade socioambiental que começa no Alto Rio Xingu no Território Indígena do Xingu e desce os rios da bacia em direção ao norte até a Volta Grande do Xingu. São seis unidades de conservação Federais¹¹, duas Estaduais¹², e 12 Terras Indígenas (TI)¹³. Nesta região há

11 Estação Ecológica Terra do Meio, Reserva Extrativista Rio Iriri, Reserva Extrativista Rio Xingu, Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, Parque Nacional Serra do Pardo, Floresta Nacional de Altamira.

12 Floresta Estadual do Iriri, Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu.

13 TI Arara da Volta Grande, TI Paquiçamba, TI Ituna Itatá, TI Trincheira

ainda indícios da presença de quatro grupos indígenas isolados.

A importância estratégica deste mosaico é ressaltada quando se leva em conta que está localizado em meio a área de expansão do arco do desmatamento¹⁴ no Estado do Pará, cercado ao norte pela BR-230 (Transamazônica), ao leste pela BR-010 (Belém-Brasília), e a oeste pela BR-163 (Cuiabá-Santarém), zonas de intensa atividade madeireira, pecuária e de garimpo.

39

A TI Cachoeira Seca representa o limite Noroeste desse corredor ecológico e absorve completamente as pressões de desmatamento e roubo de madeira vindas da Transamazônica. Dessa maneira, a proteção da TI Cachoeira Seca contra invasões e o roubo madeireiro é importante para a conservação de todo o mosaico de áreas protegidas do Xingu pressionado pelo arco do desmatamento.

Bacajá, TI Koatinemo, TI Araweté, TI Apyterewa. TI Kararaô, TI Arara, TI Cachoeira Seca, TI Xipaya e TI Kuruaya.

14 Arco do desmatamento é a região de expansão da fronteira agrícola que vai do oeste do Maranhão e sul do Pará em direção a oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre e que concentra mais de 75% do desmatamento na Amazônia.

A situação
atual:
emergência
de saúde
mental na TI
Cachoeira
Seca e a
urgência de
avançar na
regularização



A lentidão em resolver os problemas fundiários e ambientais da TI Cachoeira Seca, aliado aos impactos graves e profundos trazidos pela usina hidrelétrica de Belo Monte provocam sofrimentos intensos e agudos ao povo Arara. Especialistas que trabalham com o povo classificam a situação como uma verdadeira emergência em saúde mental. A situação é tão grave que foi criada uma rede interinstitucional de profissionais ligados à Funai, MPI, Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), ao DSEI de Altamira (Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena), universidades e voluntários.

Em carta enviada recentemente às autoridades, a Rede Bem Viver Arara relatou o aumento do sofrimento coletivo do povo diante de um ciclo de mortes em circunstâncias dolorosas e defenderam o reconhecimento de que se trata de uma emergência em saúde, sendo necessárias ações urgentes para atender ao povo Arara.. “Em 2023, ocorreram mortes em circunstâncias dolorosas, incluindo o falecimento da importante liderança e professor da língua Arara, Tymbektodem, em um acidente associado ao consu-

mo de álcool. Na semana entre 11 e 15 de agosto de 2025, faleceram a anciã logó e, em seguida, o jovem Anakiá, de 22 anos, sendo este último em um episódio com características semelhantes ao falecimento de Tymbektodem”, relata a carta.

A precariedade do atendimento de saúde na TI Cachoeira Seca agrava sobremaneira a situação já emergencial e certamente é mais um produto dos impactos provocados pela hidrelétrica de Belo Monte. Por se tratar de um povo de recente contato, sua vulnerabilidade é aumentada diante dos danos provocados pelo empreendimento. As mudanças na alimentação do povo e o sofrimento psicossocial provocam demandas excessivas para as quais a estrutura estatal de atendimento à saúde indígena não tem dado conta de responder. A concessionária de Belo Monte, no entanto, não reconhece esses impactos e vem respondendo a pedidos de apoio à saúde com uma frase repetitiva: “não vemos nexo de causalidade” entre as carências dos Arara e o empreendimento que operam. Na carta enviada, os profissionais envolvidos solicitam a presença da Força Nacional do SUS no território.

RECOMENDAÇÕES URGENTES

Que a FUNAI apresente informações atualizadas sobre o processo de desintrusão da TI Cachoeira Seca, o cronograma de finalização e que publique imediatamente os resultados do cadastro de ocupantes não-indígenas de nossa área, e que o povo Arara seja informado constantemente sobre as próximas etapas e passos para o andamento do processo;

Que sejam definidas ações emergenciais, pelo Governo Federal, Polícia Federal, IBAMA e FUNAI para impedir a extração ilegal de madeira e o avanço do desmatamento dentro da TI, assim como a abertura e avanço de ramais, estradas e rede elétrica ilegal;

Que o Ministério Público Federal investigue as atuais grilagens, aberturas de ramais madeireiros e invasões para impedir o avanço do desmatamento;

Que haja medidas de controle da área já desmatada nas propriedades existentes dentro da TI e que sejam multadas novas aberturas e desmatamentos;

Que seja apresentado pela FUNAI e NESAs um plano urgente de recebimento definitivo das Unidades de Proteção Territorial na TI Cachoeira Seca, já construídas, e que o início da operação das mesmas seja priorizada diante da gravidade das pressões na TI;

Que haja manutenção do apoio da NESAs à fiscalização ambiental na região, voltando a manter helicópteros para combate de desmatamento na região de Altamira;

Que seja observado o caráter de cumulatividade (aditivo e sinérgico) dos impactos socioambientais advindos dos diferentes empreendimentos existentes na região da TI Cachoeira Seca e que o início das obras de pavimentação do trecho Medicilândia - Rurópolis da BR-230 seja condicionado a conclusão do processo de regularização fundiária dessa TI;

Que seja estabelecida periodicidade fixa mensal para as fiscalizações do Governo Federal (IBAMA) sobre a extração ilegal de madeira e outros desmatamentos e ocupações irregulares .

Que seja realizada a construção de uma pista de pouso na aldeia Iriri para atender demandas de saúde.







APIB: COICA / POCALI / UNIAS
APAM / APICAM / ARYTI
CIR: COAPIRA / FERPA
FEPOMIT / M. ACRI / OIRICMA

